



## **ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente licitação é de **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINAS PESADAS, CAMINHÃO CAÇAMBA, E OUTROS PARA ATENDER A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL.**

### **2. DA JUSTIFICATIVA**

**2.1.** A contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços com máquinas pesadas e caminhão caçamba justifica-se pela necessidade de atender, com eficiência e agilidade, as demandas da administração municipal nas áreas de infraestrutura, obras, serviços urbanos e rurais.

**2.2.** O credenciamento visa garantir a continuidade e a qualidade dos serviços públicos essenciais, tais como:

- Abertura, recuperação e manutenção de estradas vicinais;
- Transporte e remoção de entulhos, resíduos e materiais de construção;
- Apoio a obras públicas e intervenções emergenciais;
- Serviços de terraplanagem e nivelamento de terrenos públicos;
- Atendimento a situações de calamidade ou emergência.

**2.3.** Considerando a imprevisibilidade e a frequência das demandas, o credenciamento se mostra o meio mais eficaz para ampliar a capacidade operacional da administração, permitindo que diversas empresas, previamente habilitadas, possam ser acionadas conforme a necessidade, disponibilidade e especialização exigidas em cada situação.

**2.4.** Além disso, o credenciamento assegura maior transparência, isonomia, concorrência e economicidade, visto que a remuneração pelos serviços será efetuada com base em valores previamente definidos no edital e nas condições acordadas, evitando práticas arbitrárias e favorecimentos indevidos.

**2.5.** Dessa forma, a presente justificativa encontra respaldo no interesse público, na legalidade e na busca pela melhoria contínua da prestação dos serviços públicos municipais.

### **3. CONDIÇÕES GERAIS**



**3.1.** O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da assinatura do termo de credenciamento, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.2.** O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que são indispensáveis para manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades prolongadas, sendo que a vigência plurianual pode ser mais vantajosa, a ser analisada em momento oportuno pela autoridade responsável.

**3.3.** Os preços dos serviços (objeto deste termo) decorrerão de pesquisa de mercado ampla a ser realizada pelo setor próprio, considerando o preço médio alcançado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP ou Banco de Preços, e ainda considerando, os processos anteriormente realizados no órgão.

**3.4.** A empresa contratada deverá dispor de profissional devidamente habilitado na área específica de atuação de cada um dos itens.

#### **4. DO OBJETO, QUANTITATIVO, VALORES ESTIMADOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**4.1.** Os serviços abaixo descritos serão prestados de acordo com a necessidade previamente apresentada pela Secretaria responsável do evento, reunião ou festividade.

**4.2.** Os serviços serão prestados quando solicitados pela Secretaria demandante, considerando o objeto, quantitativo e valores estimados que seguem abaixo:

| ITEM | UN     | DESCRIÇÃO   | QUANT. | VLR UNT     |
|------|--------|---|--------|-------------|
| 1.   | KM     | Prestação de serviços de caminhão carreta caçamba, capacidade mínima de caçamba 30 toneladas (INCLUINDO OPERADOR, COMBUSTÍVEL E DEMAIS DESPESAS).   | 7.000  | R\$12,85    |
| 2.   | Diária | Prestação de serviços de caminhão carreta caçamba, capacidade mínima de caçamba 30 toneladas (INCLUINDO OPERADOR, COMBUSTÍVEL E DEMAIS DESPESAS).   | 300    | R\$2.500,00 |
| 3.   | Diária | Prestação de serviços de caminhão caçamba trucado, capacidade mínima de caçamba 23 toneladas (INCLUINDO OPERADOR, COMBUSTÍVEL E DEMAIS DESPESAS).   | 300    | R\$1.300,00 |
| 4.   | Hora   | Prestação De Serviços De Trator De Esteira Com Capacidade De Trabalho De Até 8 Toneladas/Hora (INCLUINDO OPERADOR, COMBUSTÍVEL E DEMAIS DESPESAS).  | 1.000  | R\$330,00   |
| 5.   | Hora   | Prestação De Serviços De Trator De Esteira Com Capacidade De Trabalho De Até 13 Toneladas/Hora (INCLUINDO OPERADOR, COMBUSTÍVEL E DEMAIS DESPESAS). | 500    | R\$350,00   |
| 6.   | Hora   | Prestação de serviços de retroescavadeira (INCLUINDO OPERADOR, COMBUSTÍVEL E DEMAIS DESPESAS).  | 600    | R\$320,00   |



|     |        |  |        |           |
|-----|--------|--|--------|-----------|
| 7.  | Diária | Prestação de serviços de caminhão toco caçamba (INCLUINDO OPERADOR, COMBUSTÍVEL E DEMAIS DESPESAS).  | 300    | R\$890,00 |
| 8.  | Km     | Prestação de serviços de caminhão truck – prancha (INCLUINDO OPERADOR, COMBUSTÍVEL E DEMAIS DESPESAS).   | 5.000  | R\$10,45  |
| 9.  | Km     | Prestação de serviços de caminhão carreta prancha (INCLUINDO OPERADOR, COMBUSTÍVEL E DEMAIS DESPESAS).   | 10.000 | R\$14,75  |
| 10. | Km     | Prestação de serviços de caminhão toco Prancha (INCLUINDO OPERADOR, COMBUSTÍVEL E DEMAIS DESPESAS).  | 10.000 | R\$6,30   |
| 11. | DIARIA | Serviço de frete com veículo caminhão 3x4, capacidade até 05 toneladas (dentro do perímetro urbano) (INCLUINDO OPERADOR, COMBUSTÍVEL E DEMAIS DESPESAS).   | 500    | R\$600,00 |
| 12. | Km     | Serviço de frete com veículo caminhão 3x4, capacidade de até 05 toneladas (frete para zona rural) (INCLUINDO OPERADOR, COMBUSTÍVEL E DEMAIS DESPESAS).   | 5.000  | R\$4,60   |
| 13. | Km     | Serviço de frete com veículo caminhão 3x4, capacidade de até 05 toneladas, inclusive motorista e combustível (frete para outra municipalidade). (INCLUINDO OPERADOR, COMBUSTÍVEL E DEMAIS DESPESAS). | 10.000 | R\$4,65   |
| 14. | Hora   | Prestação de serviços de motoniveladora (Patrol) (INCLUINDO OPERADOR, COMBUSTÍVEL E DEMAIS DESPESAS).  | 5.000  | R\$340,00 |
| 15. | Hora   | Prestação de Serviços de Pá Carregadeira (INCLUINDO OPERADOR, COMBUSTÍVEL E DEMAIS DESPESAS).  | 3.000  | R\$330,00 |

**4.3.** A administração municipal, oportunamente pagará ao CONTRATADO pelos serviços efetivamente prestados e comprovados pelas faturas emitidas e atestadas pela Secretaria demandante, através do Fiscal de Contrato, com os valores constantes da tabela aprovada.

## **5. DO LOCAL E FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**5.1.** Os serviços poderão ser solicitados em qualquer dia da semana, compreendendo os dias segunda-feira a domingo.

**5.2.** A execução dos serviços / entrega dos produtos será de forma parcelada e deverá ser entregue junto ao local indicado, nos horários determinados, rigorosamente, onde serão verificadas todas as especificações exigidas, reservando-se ao Município o direito de recusar parcial ou totalmente aqueles em desacordo com o objeto contratado.

**5.3.** A prestação dos serviços só será realizada mediante apresentação de “Ordem de Serviços”, devidamente autorizada, emitida pelo setor competente da Administração Municipal.



**5.4.** A demanda será distribuída e organizada pelo Gestor do Contrato designado, devendo observar de forma igualitária a convocação para o desempenho das atividades.

**5.5.** Em caso de impossibilidade ou recusa da convocação, o Gestor do Contrato deverá certificar o fato no instrumento de controle para fins de convocação do próximo prestador credenciado.

**5.6.** O prestador contratado deverá responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar em decorrência da execução do serviço;

**5.7.** As despesas decorrentes dos profissionais que executarão as atividades, como salários, encargos sociais, fiscais, impostos, taxas e outros serão por conta da empresa credenciada, não cabendo a delegação ao Município de Bonfinópolis de Minas - MG.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES**

### **6.1. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

**6.1.1.** proporcionar todas as condições para que o Credenciado (a) possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do contrato, do edital e seus anexos, especialmente deste Termo de Referência;

**6.1.2.** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo (a) Credenciado (a), de acordo com as cláusulas contratuais;

**6.1.3.** exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**6.1.4.** notificar o (a) Credenciado (a) por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços;

**6.1.5.** zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pelo(a) Credenciado(a), todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**6.1.6.** Atestar a entrega dos serviços e submeter à aprovação do controle interno;

**6.1.7.** Efetuar o(s) pagamento(s) na forma e condição (ões) contratada(s).

### **6.2. DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CREDENCIADO(A)**





- 6.2.1.** O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;
- 6.2.2.** A interrupção do atendimento por iniciativa da credenciada sem motivo justificado será considerada como abandono, sujeitando-a as penalidades previstas em Lei e neste Edital.
- 6.2.3.** Executar os serviços conforme especificações do termo de referência e edital, qual seja, prestação de serviços em cumprimento das cláusulas contratuais e na conformidade com as demandas da Secretaria;
- 6.2.4.** Apresentar a(s) fatura(s)/Nota Fiscal preenchida(s) de forma correta e em valor(es) correspondente(s) ao(s) previsto(s) no(s) contrato, em tempo de ser(em) processada(s);
- 6.2.5.** Assumir responsabilidades legais, administrativas e técnicas pela execução dos serviços prestados;
- 6.2.6.** Pagar todos os tributos e encargos sociais devidos, referentes à execução dos serviços prestados;
- 6.2.7.** Assumir a responsabilidade de pagamentos aos seus funcionários, apresentado juntamente com a nota fiscal a quitação dos débitos trabalhistas, quando não se tratar de dirigente, sócio ou responsável da empresa que executará;
- 6.2.8.** Responsabilizar-se, civil e/ou criminalmente, por todos os atos e omissões que, direta e indiretamente, cometerem na execução dos serviços objeto do presente contrato, indenizando, se for o caso, a parte prejudicada;
- 6.2.9.** Manter durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 6.2.10.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do serviço;
- 6.2.11.** Acatar prontamente as exigências e observações da fiscalização do órgão municipal;
- 6.2.12.** Prestar toda assistência para o cumprimento do objeto contratual;
- 6.2.13.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;



**6.2.14.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

**6.2.15.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

**6.2.16.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**6.2.17.** Dar à Administração ciência de qualquer fato que interfira na execução normal do serviço, sugerindo as medidas de correção.

## **7. DAS PENALIDADES E MULTAS**

**7.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133/2021, o contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**1.1.** Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência**, comunicação formal, por notificação escrita, por e-mail institucional ou com aviso de recebimento, versando sobre alguma desconformidade quanto à inobservância de deveres contratuais e/ou outras obrigações assumidas, com determinação da adoção das necessárias medidas de correção e adequação da relação contratual, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);



III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. **Multa:**

a. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10(dez)dias;

b. O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem "7.1", de 1% a 10% do valor do Contrato.

d. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem "11.1", de 2% a 10% do valor do Contrato.

e. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 7.1, a multa será de 2% a 10% do valor do Contrato.

f. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem "7.1", a multa será de 2% a 5% do valor do Contrato.

g. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem "7.1", a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

**7.2.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**7.3.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**7.4.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

**7.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**7.5.1.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



**7.5.2.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**7.5.3.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. as peculiaridades do caso concreto;
- c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. os danos que dela provierem para o Contratante;
- e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**7.6.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**7.7.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

**7.8.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

**7.9.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**7.10.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser





compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de maio de 2022.

## **8. DA VIGÊNCIA:**

**8.1.** A vigência do contrato oriundo desse credenciamento será de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado no interesse das partes até o limite permitido na Lei nº 14.133/2021.

**8.2.** O CREDENCIADO, caso o contrato venha a ser prorrogado, ficará sujeito à comprovação das mesmas condições exigidas na habilitação da empresa, no início do contrato.

## **9. DO DESCRENCIAMENTO**

**9.1.** O MUNICÍPIO poderá declarar rescindido o presente contrato, por motivo de:

- 9.1.1.** O (A) CREDENCIADO (A) não cumprir as disposições contratuais;
- 9.1.2.** Atraso na execução do(s) serviços;
- 9.1.3.** Subcontratação total ou parcial do objeto do presente;
- 9.1.4.** Dissolução da sociedade ou falecimento dos proprietários ou responsáveis;
- 9.1.5.** Decretação de falência da Empresa ou a instauração de insolvência civil dos proprietários;
- 9.1.6.** Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e homologadas pelo Prefeito Municipal;

**9.2.** O órgão poderá realizar o descredenciamento quando houver:

- 9.2.1.** pedido formalizado pelo credenciado;
- 9.2.2.** perda das condições de habilitação do credenciado;
- 9.2.3.** descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e
- 9.2.4.** sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.
- 9.2.5.** O pedido de descredenciamento de que trata o inciso I do caput não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.
- 9.2.6.** Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do caput, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.



**9.2.7.** Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

**9.2.8.** Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

**9.3.** O (A) CREDENCIADO (A) poderá declarar rescindido o presente contrato, mediante aviso prévio escrito com prazo de 30 (trinta) dias de antecedência, por motivo de:

**9.3.1.** Atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento da(s) fatura(s);

**9.3.2.** A rescisão poderá ser feita por acordo entre as partes, ou judiciais nos termos da legislação.

## **10. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

**10.1.** O valor estimado para a referida contratação é de **R\$5.777.454,45 (cinco milhões, setecentos e setenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais, e quarenta e cinco centavos).**

## **11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**11.1.** Os custos correrão às contas das seguintes dotações orçamentárias específicas do orçamento de 2025.

02.07.01.20.122.2001.2075 – 3.3.90.39.00 – Ficha 571  
02.07.01.20.606.2002.2232 – 3.3.90.39.00 – Ficha 599  
02.07.01.18.541.1801.2217 – 3.3.90.39.00 – Ficha 612  
02.08.01.15.451.1501.1040 – 3.3.90.39.00 – Ficha 622  
02.08.01.15.451.1501.1306 – 4.4.90.51.00 – Ficha 627  
02.08.01.15.451.1501.2076 – 3.3.90.39.00 – Ficha 637  
02.08.02.26.782.2601.1102 – 3.3.90.39.00 – Ficha 645  
02.08.02.26.782.2601.1102 – 4.4.90.51.00 – Ficha 646  
02.08.02.26.782.2601.2212 – 3.3.90.39.00 – Ficha 659  
02.08.01.17.511.1702.2251 – 3.3.90.32.00 – Ficha 663  
02.08.01.17.511.1702.2251 – 3.3.90.39.00 – Ficha 664  
02.08.01.17.512.1701.1043 – 3.3.90.39.00 – Ficha 667  
02.08.01.17.512.1701.1043 – 4.4.90.51.00 – Ficha 668  
02.08.01.17.512.1701.2078 – 3.3.90.39.00 – Ficha 672



PREFEITURA DE  
**BONFINÓPOLIS  
DE MINAS**  
ADMINISTRAÇÃO | 2025/2028

**NOSSO POVO  
EM PRIMEIRO  
LUGAR**

Bonfinópolis de Minas, 26 de maio de 2025.

**GUILHERME FRANKLIN DE CARVALHO SANTOS**

Secretário Municipal De Administração

Matricula: 2373-8